

Leia também nesta edição

● **Editorial**
ANFIP-MG regulamenta entrada em eventos realizados pela Associação, com o objetivo de proporcionar mais segurança e comodidade aos associados.

Página 2

● **Deliberações do Conselho Executivo**
Saiba quais foram as decisões mais importantes do Conselho Executivo em reunião realizada no mês passado.

Página 3

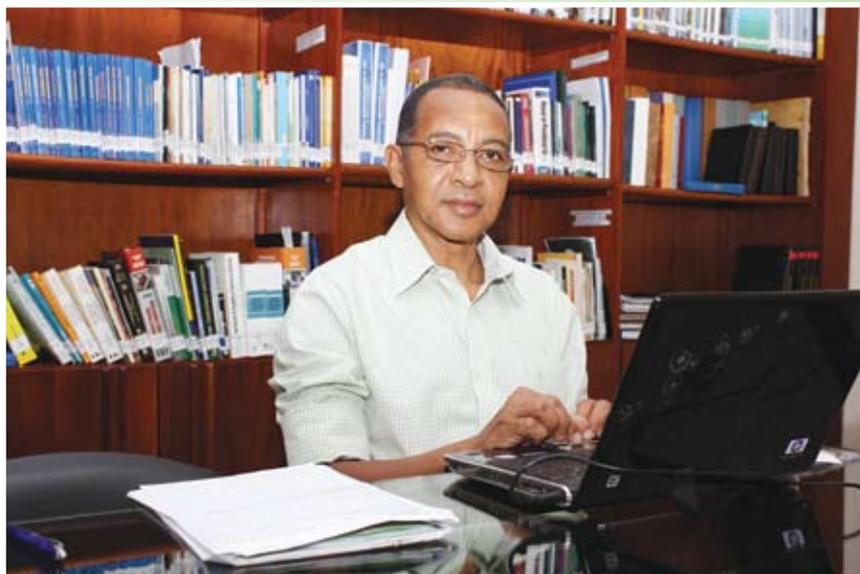
● **“Por onde anda”**
traz os associados José Américo Paolinelli e Juliana Araújo Mart Alves.

Página 6

● **Stock options**
Tema de treinamento realizado pela DRF/BH em junho é analisado por especialista em entrevista concedida ao **O Fiscal**.

Página 7

ANFIP-MG tem novo representante no Conselho Executivo da ANFIP



O vice-presidente da ANFIP-MG, Carlos Roberto Bispo, fala sobre as expectativas e projetos à frente de seu novo desafio: a vice-presidência de Comunicação da ANFIP. Bispo foi o convencional mais votado para o Conselho Executivo da entidade durante a XXIII Convenção Nacional.

Página 3

▶ Em Foco

DRF/Montes Claros é destaque nesta edição

Delegado Gilmar Medeiros da Silva apresenta a estrutura, projetos e resultados da unidade, que se localiza no Norte de Minas. A cidade sede da Receita na Região, Montes Claros, é considerada polo regional. Município possui a sexta maior população do estado.

Páginas 4 e 5



XII Arraiá dus Fiscal

Evento tradicional chega à décima segunda edição. Confira como foi a festa julina da ANFIP-MG de 2011 e veja os depoimentos de quem participou.

Página 8



▶ Editorial

Regulamentação de eventos da ANFIP-MG

A ANFIP-MG realiza, tradicionalmente, eventos sociais com objetivo de integrar os associados em Belo Horizonte e nas cidades do interior. Atendendo a várias solicitações e pela própria experiência dos últimos eventos, o Conselho Executivo resolveu regulamentar o comparecimento às reuniões sociais.

Face à participação de muitas pessoas não conhecidas no nosso ambiente, editamos a Resolução nº 01/2011.

O objetivo da iniciativa foi preservar o espaço do associado, a fim de garantir sua presença e conforto nos eventos, que são planejados e realizados visando maior integração dos ativos, aposentados e pensionistas.

Assim, foi estabelecido um

número máximo de acompanhantes dos associados, que poderão usufruir dos ingressos subsidiados pela Associação, sendo que os demais acompanhantes, havendo ingressos disponíveis, pagarão o efetivo custo da entrada.

Em todas as hipóteses, eventos pagos ou não, os convites, que serão pessoais e intransferíveis, deverão ser retirados pessoalmente na secretaria da Associação e, no interior, conforme as instruções dos representantes, com antecedência de oito dias, estando implícito que cada convidado é de responsabilidade pessoal do associado, visando à garantia da comodidade e segurança dos demais participantes.

Estamos conscientes de que, na fase de implantação dos novos procedimentos, ocorrerão

conflitos de interpretação e de interesses pessoais, os quais entendemos normais para a implementação da mudança, que possibilitará ao associado melhor aproveitamento dos eventos e do nosso ambiente.

É necessário que o colega leia e considere os termos da resolução, que foi editada exclusivamente em seu benefício e em benefício da Associação, pois assim haverá melhor planejamento, com o conhecimento prévio do número de participantes e conseqüente racionalização de gastos.

Observando este raciocínio, não serão expedidos convites às vésperas da realização do evento. E as desistências, caso ocorram, somente serão aceitas até cinco dias antes da sua realização, ocasião em

que será devolvido o valor pago.

O Conselho Executivo está trabalhando em prol do associado e espera a compreensão de todos.

Alteração na periodicidade do jornal

Visando alinhar a disponibilidade mais precisa e objetiva das informações ao alto custo gerado para confeccionar o jornal, o Conselho Executivo decidiu alterar sua periodicidade para cada dois meses, com a publicação de um boletim informativo entre cada edição. Contamos com a sua compreensão para que possamos continuar prestando um serviço de qualidade, com controle das despesas e preservação do equilíbrio financeiro.

A SBR – Supervisão Baseada em Risco na Previc – Superintendência Nacional de Previdência Complementar

A Supervisão Baseada em Risco (SBR) começou a ser implementada na Secretaria de Previdência Complementar em 2003, inicialmente na área de fiscalização, tomando impulso decisivo em todo o sistema a partir de 2004, com a edição da Resolução CGPC nº 13 de 01/10/2004, que estabelece princípios, regras e práticas de governança, gestão e controles internos a serem observados pelas

entidades fechadas de previdência complementar. Desde então, a implementação da SBR vem ocorrendo de forma gradual e recentemente contou com a cooperação do Banco Mundial.

Esta implantação requer uma mudança de comportamento não só da Previc, mas também de todos os atores do sistema. A ação do Estado tem ultrapassado o papel de órgão de coerção ou de fiscali-

zação, assumindo com as entidades o objetivo comum, que é garantir a sustentabilidade dos planos de benefícios e defender o patrimônio previdenciário dos participantes e assistidos do sistema de previdência complementar fechado.

A Previc entende que o mero atendimento aos padrões mínimos da legislação não assegura uma administração de risco adequada. Nesse contexto, espera-se que as

entidades adotem as melhores práticas e as recomendações do supervisor. Caso contrário, devem estar preparadas para explicar a sua não adoção, sob pena de sujeitarem-se ao cumprimento de determinações e às sanções aplicáveis.

**Myriam Lúcia
Alvares de Oliveira**
AFRFB Previc/ERMG



Órgão Informativo da Associação dos Auditores Fiscais da Receita Federal de Minas Gerais - ANFIP-MG
Fundador: Benedito César

Conselho Executivo da ANFIP-MG

Titulares
Afonso Ligório de Faria – Presidente
Ana Maria Morais da Silva – Vice-Presidente
Geraldo Márcio Secundino – Vice-Presidente Administrativo
Marcos Nilton de Lima – Vice-Presidente de Finanças e Patrimônio
Carlos Roberto Bispo

Vice-Presidente de Políticas de Classe e Cultura Profissional

Maximiliano Fernandino

Vice-Presidente de Assuntos Jurídicos

Ilva Maria Franca Lauria

Vice-Presidente de Comunicação e Relações Públicas

Minervino Alves de Oliveira

Vice-Presidente de Apos. e Pens. e Serviços Assistenciais

Sineida Ribeiro Sales

Vice-Presidente de Esportes e Eventos Sociais

Suplentes

Nelson Madalena Penitente – 1º Suplente

Cloves Francisco Braga – 3º Suplente

Pedro Celso da Silva – 4º Suplente

Alberto Benhur – 5º Suplente

Conselho Fiscal

Titulares

Lúcio Avelino de Barros – Presidente

José Romualdo Quintão – Coordenador

José Lamacié Ferreira – Relator

Suplentes

Adelmo França Malta – 1º suplente

Paulo Pinto Coelho – 2º suplente

Nilo Moreira Pinto – 3º suplente

Representantes da ANFIP-MG

Wânia de Fátima Paiva Pimentel (Belo Horizonte)

Gabriel da Silva Neto (Contagem)

Lázaro Idino Bagliano (Coronel Fabriciano)

Maria do Carmo Lacerda (Divinópolis)

Lázaro Idino Bagliano (Governador Valadares)

Elsa Geralda dos Santos Zaidan (Juiz de Fora)

Cecília Buzzelli dos Santos (Juiz de Fora)

Albertina Maria Fonseca (Sete Lagoas)

Luiz Roberto Aguiar (Uberaba)

Inês Rodrigues Calil Daher (Uberlândia)

Cloves Francisco Braga (Uberlândia)

Maria Regina de Souza (Varginha)

Conselho Editorial

Afonso Ligório de Faria, Carlos Roberto Bispo, Ilva Maria Franca Lauria, Jamir Campos de Cerqueira

Jornalista responsável: Giuliano Peixoto (Reg. Prof. MG 15069 JP)

Fotos: Giuliano Peixoto

Programação Visual: Sygno Design Gráfico (31) 3485-3082 / e-mail: sygnoart@uaigiga.com.br

Tiragem: 1.200 exemplares

Endereço para correspondência:

● Rua Carijós, 150, 7º Andar

● Cep: 30120-060 - Belo Horizonte-MG

● Tel: (31) 3201-3582

● Fax: (31) 3201-4829

● e-mail: anfipmg@terra.com.br

● www.anfipmg.org.br

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores e não refletem, necessariamente, a opinião do jornal ou da ANFIP-MG

Vice-presidente da ANFIP-MG compõe Conselho da Nacional e apresenta perspectivas

O vice-presidente de Política de Classe e Cultura Profissional da ANFIP-MG, Carlos Roberto Bispo, agora também faz parte do Conselho Executivo (CE) da ANFIP, eleito para o biênio 2011/2013. Bispo é o novo vice-presidente de Comunicação Social da entidade nacional. Após votação expressiva para representar a ANFIP-MG na XXIII Convenção Nacional, o associado foi o mais votado para compor o CE da ANFIP. Em entrevista concedida ao jornal O Fiscal, Bispo falou sobre o processo eleitoral, as ações e projetos da vice-presidência. Confira.

Quais eram as suas expectativas ao se candidatar a uma das vagas para o Conselho Executivo da ANFIP?

Carlos Bispo – Eu sou associado da ANFIP há quase trinta anos e participei do Conselho Executivo entre 1999 e 2001. A experiência adquirida e a participação na condição de colaborador em várias ações da entidade possibilitaram o surgimento de projetos e ideias para a melhoria da atuação da ANFIP. Minhas expectativas passaram, necessariamente, pela



minha candidatura a convencional de Minas Gerais e, posteriormente, ao Conselho Executivo, durante a XXIII Convenção Nacional, tendo sido eleito nas duas ocasiões. Assim, componho o Conselho Executivo da ANFIP eleito para o período de junho/2010 a maio/2013. Tudo começou aqui em Minas Gerais com a expressiva votação que me foi concedida pelos associados. Aproveito para agradecer a todos pela confiança demonstrada.

Qual a sua avaliação sobre o processo eleitoral ocorrido na XXIII Convenção Nacional?

CB – A ANFIP sempre acompanha as diversas mudanças em todos os setores da nossa sociedade e o processo eleitoral vem sendo alterado no sentido de refletir cada vez mais a vontade dos eleitores. Na eleição realizada durante a XXIII Convenção Nacional o processo eleitoral foi inovado, em cumprimento à alteração do

estatuto da entidade, mediante o estabelecimento de regras que determinavam que, para se inscrever, os candidatos a membro dos Conselhos Executivo ou Fiscal deveriam ser convencionais eleitos pelo seu Estado. A eleição do presidente foi realizada em separado, em processo distinto dos demais. Essas mudanças refletiram muito na representatividade dos eleitos, uma vez que todos receberam votos da sua base estadual e, portanto, estão na ANFIP com o voto e apoio dos associados do seu Estado. Com isto, avalio que o processo eleitoral foi muito bom, melhorou em muito a forma de refletir a vontade dos eleitores e aumentou a responsabilidade dos eleitos.

Quais são os seus objetivos na condição de componente do Conselho Executivo da ANFIP?

CB – O planejamento estratégico das ações como forma de integrar os trabalhos e dar maior

objetividade, a reorganização administrativa para melhorar o atendimento aos associados e não-associados, a busca de maior eficiência e eficácia no andamento das ações judiciais, a sistematização e aperfeiçoamento dos estudos técnicos direcionados para os tributos aduaneiros, fazendários e previdenciários e a implantação de um programa de racionalização de despesas estão entre os objetivos principais e para os quais foram apresentadas diretrizes, aprovadas pelos convencionais no decorrer da Convenção.

Com a definição da área de atuação dos eleitos, fale um pouco dos seus projetos para a Comunicação Social.

CB – Entendo que a área de Comunicação Social é estratégica para as mudanças que o novo Conselho Executivo pretende implantar. Promover mudanças na comunicação escrita e virtual de forma que possamos despertar maior interesse dos associados e do público em geral mediante a divulgação das ações e resultados positivos, a melhoria dos canais de comunicação direta com os associados e todo o público externo e fixar a imagem da ANFIP como entidade propositiva e responsável pela defesa dos interesses dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil e de toda a sociedade brasileira são os projetos maiores para os quais já estamos definindo etapas e incluindo no Plano de Ação a ser submetido à aprovação do Conselho Executivo, em reunião que será realizada neste mês de agosto.

▶ Deliberações do Conselho Executivo

Salão social terá nome de ex-presidente da ANFIP-MG

Em reunião realizada no dia 29 de junho de 2011, na sede da Associação, o Conselho Executivo da ANFIP-MG definiu que o salão social da entidade será chamado de “Salão Social Lúcio Avelino de Barros”, em homenagem ao referido e querido colega, que presidiu o Conselho Executivo por quatro mandatos (1994/95; 2002/2004; 2004/2006; 2008/2010).

A homenagem será realizada durante a festa de aniversarian-

tes de setembro.

Reuniões com representantes

O Conselho também criou uma comissão para tratar de reuniões com os representantes da entidade no interior do estado, bem como de visitas realizadas por eles às Delegacias da Receita Federal nessas cidades, com o intuito de divulgar a Associação e estabelecer um relacionamento direto com as unidades.

ANFIP-MG terá página restrita no site da Nacional

A ANFIP-MG está articulando a viabilização de uma área restrita dentro do site da ANFIP, o que deverá acontecer em breve.

Com o espaço, os associados passarão a contar com mais recursos para utilizar os serviços que a Associação oferece. Além disso, poderão ser disponibilizadas fotos e vídeos que são feitos nos eventos da ANFIP-MG.

De acordo com a vice-presidente de Comunicação e Relações Públicas da Associação, Ilva Maria Franca Lauria, “é de extrema importância a criação da área restrita da ANFIP-MG na página da ANFIP, pois assim a Associação poderá disponibilizar informações e documentos do interesse exclusivo dos associados, possibilitando maior transparência nas ações da entidade”, destaca.

A presença da Receita Federal do Brasil

Localizada na região Norte de Minas, predominantemente quente e seca, Montes Claros se caracteriza por ser o pólo regional – tem a sexta maior população do estado, segundo o censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Além do destaque na agropecuária, a cidade concentra forte comércio e várias indústrias de grande porte.

De acordo com o delegado da Receita Federal em Montes Claros, Gilmar da Silva Medeiros, as atividades industriais mais relevantes são a têxtil, de mineração e de medicamentos. Em Janaúba (município que abriga uma de suas agências), o forte é a fruticultura.

A Delegacia em Montes Claros abrange 90 municípios e possui duas agências jurisdicionais (veja o quadro abaixo).

A unidade conta ainda com 28 Auditores-Fiscais, 21 Analistas Tributários e 12 Administrativos em seu corpo funcional. Como as outras delegacias da mesma classe, possui seções correspondentes (veja o quadro ao lado).

Um dos destaques da Delegacia é que ela atua na área da extinta Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), auxiliando os municípios integrantes do polígono da seca. “Nesse sentido, tem um papel relevante na questão social e econômica, por atuar, transversalmente, na redução das desigualdades regionais, à medida que as isenções tributárias concedidas passam pelo crivo da Delegacia”, explica Gilmar Medeiros.

Resultados

A arrecadação da DRF/Mon-

O delegado da DRF/ Montes Claros



Gilmar da Silva Medeiros, formado em economia pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) em 1993, iniciou sua vida profissional no Banco Real, onde trabalhou por nove anos (1987 a 1996).

Em função da busca de realização profissional, ingressou na indústria farmacêutica, tendo atuado como propagandista de produtos médicos junto a essa classe. Ficou de 1996 a 2000 nessa área. Foi quando teve a iniciativa de atuar no ramo empresarial, fundando a franquia CNA de Inglês Definitivo, em Montes Claros.

Depois de três anos começou a estudar para concurso público, tendo sido aprovado para a Secretaria de Estado da

Fazenda e, posteriormente, ingressou na Receita Federal, pelo concurso de 2005.

À época, optou pela 1ª Região Fiscal e foi lotado na Inspeção da RFB de Mundo Novo (MS). Ficou lá por cerca de quatro anos, tendo ocupado a chefia das Seções de Administração Tributária e de Arrecadação e Cobrança, desde que foi nomeado. “Aprendi muito sobre prevenção e repressão ao crime de contrabando e descaminho. Hoje, a percepção que tenho decorre, sobretudo, dessa experiência na fronteira”, destaca Gilmar Medeiros.

Medeiros tem pós-graduação em Direito Tributário, Direito Processual Tributário e Administração Tributária.



Prédio onde funciona a DRF/Montes Claros, localizado à Av. Deputado Esteves Rodrigues, 2.810.

Área de abrangência da Delegacia

DRF/Montes Claros

Arinos - Berizal - Bocaiúva - Bonito de Minas - Botumirim - Brasília de Minas - Campo Azul - Capitão Enéas - Chapada Gaúcha - Claro dos Poções - Cônego Marinho - Coração de Jesus - Cristália - Engenheiro Navarro - Formoso - Francisco Sá - Fruta de Leite - Glaucilândia - Grão Mogol - Guaraciama - Ibiracatu - Icaraí de Minas - Itacambira - Itacarambi - Januária - Japonvar - Josenópolis - Juramento - Lontra - Luislândia -

Mirabela - Montes Claros - Novorizonte - Olhos-d'Água - Padre Carvalho - Patis - Pedras de Maria da Cruz - Pintópolis - Riachinho - Rubelita - Salinas - Santa Cruz de Salinas - São Francisco - São João da Lagoa - São João da Ponte - São João das Missões - São João do Pacuí - Taiobeiras - Ubaí - Uruçuia - Varzelândia

ARF/Janaúba

Catuti - Espinosa - Gameleiras - Indaiabira - Jaíba - Janaúba - Juvenília - Mamonas - Manga - Matias Cardoso - Mato Verde - Miravânia

- Montalvânia - Monte Azul - Montezuma - Ninheira - Nova Porteirinha - Pai Pedro - Porteirinha - Riacho dos Machados - Rio Pardo de Minas - Santo Antônio do Retiro - São João do Paraíso - Serranópolis de Minas - Vargem Grande do Rio Pardo - Verdelandia

ARF/Pirapora

Brasilândia de Minas - Buritizeiro - Francisco Dumont - Ibiaí - Jequitaiá - Lagoa dos Patos - Lassance - Pirapora - Ponto Chique - Santa Fé de Minas - São Romão - Várzea da Palma

tes Claros em 2011 está acumulada, até o mês de junho, em cerca de R\$ 500 milhões, sendo R\$ 290 milhões previdenciários e R\$ 210 milhões fazendários – uma evolução de 45% em relação ao mesmo período do ano anterior, embora tenha avido expansão da circunscrição a partir de 2011 (veja o quadro com a distribuição por tributos).

No período de janeiro a julho de 2011, foram encerradas 59 fiscalizações, com cerca de R\$ 51 milhões de crédito tributário apurado.

A média do tempo de atendimento dos Centros de Atendimento ao Contribuinte (CAC's) está abaixo da meta: 12 minutos.

A maior parte dos tratamentos dos processos também estão com andamento dentro do prazo. De acordo com Gilmar Medeiros da Silva, “temos procurado dar tratamento aos processos nos prazos legais, mas nem sempre isso é possível. Hoje, uma das nossas maiores dificuldades são as análises de pedidos de reembolso, restituição e ressarcimento”, afirmou.

Brasil na Região Norte de Minas Gerais

Projetos e capacitação dos servidores da DRF/Montes Claros

Como todas as outras delegacias da RFB na 6ª Região Fiscal, a DRF tem inúmeros projetos, que ganham novo fôlego com a recente alteração na direção da unidade – Gilmar da Silva Medeiros assumiu há dois meses. De acordo com o novo delegado, todos os projetos

estão alinhados com o Mapa Estratégico da Administração Central, mas “particularmente, estamos assumindo uma fase de reorganizar a rotina, administrando a escassez de pessoas, com o fim de obter os melhores resultados, focando as metas que são traçadas pela administração”, ressalta.

Outro plano que está dentro do escopo de melhorias da unidade é o que diz respeito ao aperfeiçoamen-

to da funcionalidade do depósito de mercadorias apreendidas, que foi construído recentemente. Além disso, existe o desafio de organizar melhor a agência de Pirapora, que, por enquanto, encontra-se instalada em um imóvel cedido pela Prefeitura da cidade, informou o delegado.

A DRF ainda se esforça para estreitar o relacionamento institucional com os órgãos parceiros, a fim

de buscar uma atuação conjunta com vistas a otimizar os resultados de cada um.

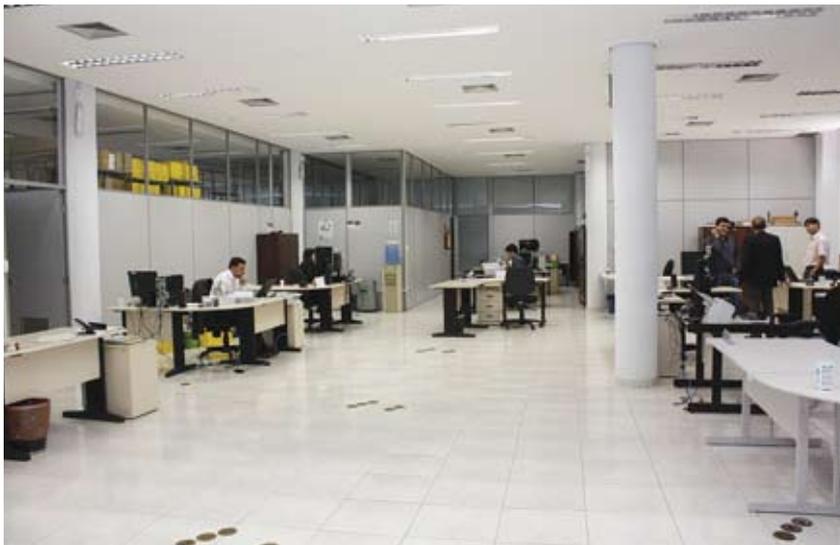
No âmbito do desenvolvimento de competências, a Delegacia tem se esforçado para realizar treinamentos, ministrados pelos próprios servidores, além de utilizar o ensino à distância, com participação da Escola de Administração Fazendária (Esaf) e da própria Receita.

Seções da DRF/Montes Claros

- Seção de Orientação e Análise Tributária - **Saort**
- Seção de Controle e Acompanhamento Tributário - **Sacat**
- Seção de Fiscalização - **Safis**
- Seção de Tecnologia da Informação e Logística - **Satel**
- Centro de Atendimento ao Contribuinte - **CAC**



Seção de Tecnologia da Informação e Logística (Satel)



Seção de Fiscalização (Safis)

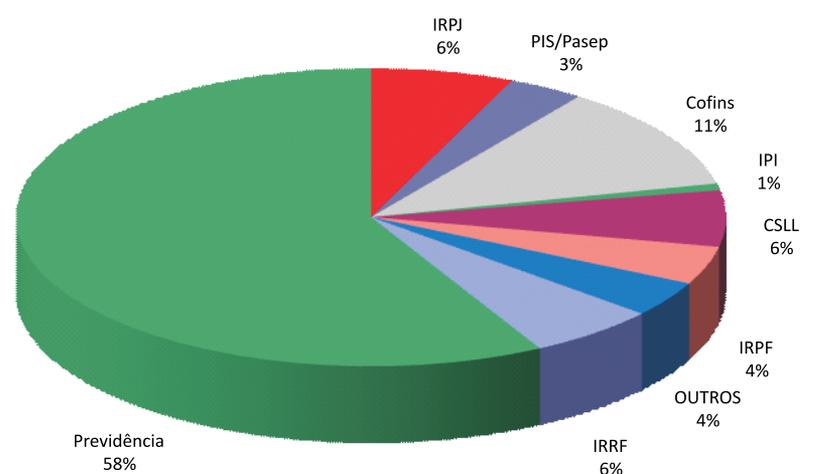


Sala de Treinamento



Centro de Atendimento ao Contribuinte (CAC)

Arrecadação por tributos da DRF/Montes Claros



Fonte:
DRF/Montes Claros

▶ **Por onde anda...****José Américo Paolinelli**

Ex-gerente da Região Fiscal Oeste e ex-chefe de Grupo Fiscal da Previdência, o associado José Américo Paolinelli, atualmente, divide o tempo entre a administração de sua pequena fazenda, localizada em Carmópolis de Minas, e as seções de hidroginástica em Belo Horizonte.

Paolinelli, como é comumente chamado pelos colegas, se aposentou em 1995 e logo depois começou a se dedicar à atividade agropecuária. Em 2001, sofreu

lesão medular em decorrência de uma queda de cavalo, o que o levou a se afastar da Associação. Fez fisioterapia por quatro anos e, em 2005, iniciou as seções de hidroginástica. “Durante muito tempo eu fiquei sem dirigir, o que acabou me limitando a fazer muitas coisas, entre elas ir à Associação. Voltei a dirigir em 2009 e já até combinei com o Jair Arcanjo de ir à ANFIP-MG nas quartas-feiras”, destaca Paolinelli.

**& Juliana Mart Alves**

A ex-presidente da Associação entre 1989 e 1990, **Juliana Araújo Mart Alves**, já foi muito atuante nas ações da entidade e só parou porque acredita que deve haver renovação. “As pessoas me perguntam se não quero me candidatar novamente ao Conselho da ANFIP-MG, mas eu digo que não, porque as lutas não cessam e são cansativas. Por isso, acho que deve ter renovação. Eu dou muito valor a quem trabalha pela Associação”, ressaltou.

Juliana também foi presidente do antigo Sindicato dos Fiscais de Contribuições Previdenciárias (Sindifisp-MG), entre 1993 e 1995 – o qual ajudou a instituir –, e da Federação Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil (Fenafisp), entre 1995 e 1997.

Atualmente, Juliana tem se dedicado a cuidar dos netos e da casa, faz aulas de inglês e viaja em ocasiões especiais, como a Convenção Nacional da ANFIP, onde marcou presença.

▶ **Nossa Gente****O débito e o crédito**

Tudo, absolutamente tudo que existe no universo, foi Deus quem criou: o cosmo, as galáxias, os sistemas planetários, a natureza, a matéria, os seres vivos, os sentimentos, os valores sociais e espirituais, os recursos financeiros e intelectuais e tudo mais que conhecemos. Ninguém cria e nem inventa nada. Nós apenas “descobrimos coisas” em determinadas datas. Tudo já existe desde a criação do universo. O que chamamos de criatividade é apenas uma sensibilidade a mais que Ele nos oferece.

O conceito de débito e crédito, por exemplo, é um recurso descoberto pelo homem para facilitar o entendimento das nossas atuações como profissionais da contabilidade e também pode ser entendido como forma de prestar

esclarecimentos das nossas atitudes perante o Criador em uma data por Ele determinada. Se adotarmos o ser humano como uma entidade que recebe, repassa e doa valores materiais e espirituais, vamos ter que prestar contas a Ele um dia, assim como uma entidade deve prestar contas aos seus sócios e/ou mandatários.

Toda entidade, para funcionar, precisa de recursos e deve saber como aplicá-los adequadamente e ter os rendimentos necessários para dar continuidade ao objeto pretendido. Esses recursos são o que a contabilidade entende como passivo (P), que são as contas com os saldos credores. Esse passivo é transformado em aplicações, o que a contabilidade chama de ativo (A) ou contas com saldos devedores.

Já a diferença entre P e A é o que a contabilidade chama de PL (Patrimônio Líquido)

Como o ativo (A) são as nossas aplicações e representa o nosso Patrimônio, tudo o que produzimos com a nossa inteligência, nosso trabalho, nossa força, nossos recursos financeiros devemos a Ele, que é o Criador e, portanto, o Credor de todas as nossas descobertas e nossa produção.

Quem não se lembra daquela história do pai que entregou a mesma quantidade de talentos aos seus três filhos e mandou que eles viajassem pelo mundo e os multiplicassem? A nossa responsabilidade é a mesma daqueles três meninos. Assim, devemos ficar atentos com as nossas atuações, nossos sentimentos, nossas decisões. Estamos

utilizando de forma honesta, correta, transparente, todos os recursos que Ele nos deu? Será que não estamos utilizando a nossa força, nossa inteligência, nossos recursos financeiros e intelectuais a serviço do mal, da fraude, do desrespeito, da destruição?

Às vezes, erramos, mas qual será o nosso PL no fim da nossa jornada aqui na Terra? Como o PL é igual ao ativo menos o passivo, ou seja $PL = A - P$, ele fica negativo quando o saldo devedor (A) é menor do que o saldo credor (P), assim: $A < P = -PL$.

Por que será que isso acontece?

QUAL É O PL DA SUA VIDA HOJE?

Marcos Nilton de Lima

▶ **Falecimento**

Lamentamos o falecimento dos associados:

- **Jarbas de Heronville da Silva**, aposentado/Belo Horizonte – 21/06
- **Rizza Porto Guimarães**, pensionista/Belo Horizonte – 25/06
- **Wilma Cardoso Magalhães Pinto**, pensionista/Belo Horizonte – 03/07
- **Célio Lobato de Almeida**, aposentado/Belo Horizonte – 20/07
- **Abdon Farias Torres**, aposentado/Belo Horizonte – 24/07

Desejamos força às famílias e aos colegas que se foram, que Deus ilumine seus caminhos.

Especialista fala sobre remuneração na modalidade *stock options*

O Serviço de Fiscalização (Sefis) da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Belo Horizonte (DRF/BH) realizou em junho palestra sobre a remuneração por ações na modalidade *stock options*, que vem sendo praticada por grande número de empresas.

Na busca por mais informações sobre o tema, o jornal O Fiscal entrevistou o palestrante na ocasião, o Auditor-Fiscal e especialista no assunto, Vanderley Maçaneiro. Confira abaixo.

O que é e como é feita a remuneração por ações na modalidade *stock options*?

Vanderley Maçaneiro – Os planos de opções de ações para empregados (*stock options*) integram o conjunto da remuneração estratégica das empresas, traduzindo-se, normalmente, em benefício de longo prazo.

Esses planos dão aos seus detentores o direito de comprarem ações da empresa onde trabalham a um preço fixado no momento em que a opção é concedida.

O principal objetivo dos planos de opções de ações para empregados é atrair e reter os melhores profissionais, alinhando os interesses dos donos do capital com o dos gestores/empregados.

Os planos de opções de ações para empregados dão aos seus detentores um interesse particularmente forte no aumento do valor da empresa onde trabalham, representado pelo preço das ações. Habitualmente, esses planos não são transacionáveis. Além disso, um empregado que sai da empresa antes do final do período de aquisição de direitos não pode exercer as opções.

Assim, os planos de opções de ações criam um forte laço financeiro entre a empresa e o empregado, estabelecido durante a vigência do

contrato de trabalho.

Que aspectos devem ser destacados em relação à tributação e à escrituração contábil desses valores?

VM – Nos Estados Unidos e na União Europeia há consenso de que os benefícios dos planos de opções de ações para empregados são rendimentos do trabalho e devem, pelo menos em princípio, ser tributados em conformidade com as demais vantagens remuneratórias.

No entanto, em nosso país, os aspectos relacionados com a tributação dessa forma de remuneração ainda são do conhecimento de poucos que, não raro, exprimem apenas sua posição pessoal a respeito do assunto.

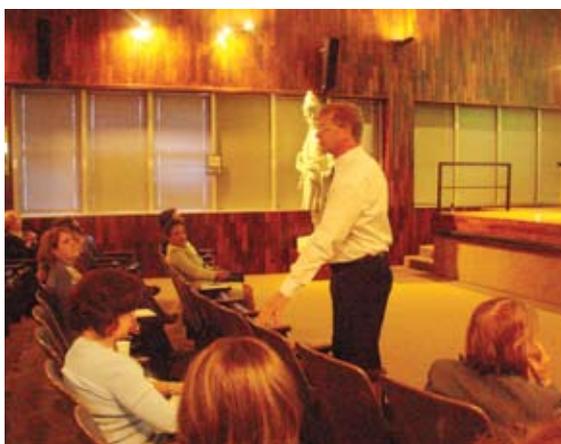
A Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) constituiu grupo de trabalho para estudar o assunto. Em breve, teremos novidades.

Pessoalmente, vejo com absoluta nitidez que os benefícios dos planos de opções para empregados possuem as mesmas características das demais formas de incentivos utilizadas pelas empresas para remunerar suas equipes de trabalho. São decorrentes do contrato de trabalho e são pagos pelo trabalho

de seus empregados e, assim, estão alcançados pelo que preceitua nossa legislação para definir os rendimentos do trabalho.

Entendo que a RFB deva emitir norma para definir estes quesitos.

Quanto à escrituração contábil temos, desde 2008, uma situação muito mais esclarecedora. O Pronunciamento Contábil CPC 10 determina que os benefícios dos planos de opções de ações para empregados sejam reconhecidos como



uma despesa ou um ativo (custo), em contrapartida ao patrimônio líquido (se liquidados com a entrega do instrumento de capital) ou do passivo (se liquidados em dinheiro), mensurados pelo valor justo das opções de ações outorgadas.

Apesar de esta norma ser um pouco complexa, em função da forma como foi escrita, ela é muito esclarecedora quanto ao aspecto remuneratório deste benefício.

Existe alguma particularidade que os Auditores-Fiscais devem observar no momento da fiscalização nas empresas e nas declarações pessoa física?

VM – As sociedades anônimas de capital aberto estão obrigadas

a divulgar inúmeras informações quanto à existência de qualquer pagamento baseado em ação, incluindo opções de ações para empregados.

O setor de programação dos procedimentos fiscais pode buscar, sem muitas dificuldades, estas informações no sítio da CVM.

Ocorre que essa forma de remuneração não é restrita às companhias abertas, estando presente nas SA's de capital fechado e também nas empresas de responsabilidade limitada, incorrendo na necessidade de uma pesquisa mais avançada para a detecção destas vantagens.

No caso das companhias abertas, apesar da facilidade em se identificar esta forma de remuneração, somente no final de 2010 foi lançado o primeiro auto de infração incluindo este fato gerador. Nas minhas pesquisas identifiquei que em 1972 já se utilizavam as opções de ações para remunerar empregados no Brasil.

Nas declarações de pessoas físicas vejo uma situação um pouco mais tranquila. Por tratar-se de benefícios que, normalmente, possuem elevada expressão monetária, provocam a necessidade de serem declarados para justificar a evolução do patrimônio. Todavia, nestes casos, são oferecidos somente à tributação do ganho de capital, “esquecendo-se” da tributação do rendimento do trabalho.

Como esse tipo de remuneração se relaciona com o ordenamento jurídico brasileiro?

VM – Os planos de opções de ações para empregados ainda é assunto pouquíssimo discutido no ordenamento jurídico brasileiro.

As raras decisões existentes não servem de parâmetro, pois suas demandas são originárias de empregados que sequer cumpriram as condições dos planos outorgados por seus empregadores.



Aniversariantes - Agosto de 2011

Ilza Rodrigues de Souza	01
Etelvina Maria da Rocha	02
Olga Rodrigues de Paula	02
Gercino Parreiras da Silva	02
Joaquim Jarbas de Oliveira Viana	02
José Aparecido de Castro	03
Sebastião Carvalho	03
Therezinha de Jesus C. M. de Freitas	03
Celma Marques Modesto	05

Sidney Nery	07
Dileia Marly Thomaz Siuves Tavares	07
Silvio Carlos Roque de Faria	08
Therezinha de Aquino Guerra	08
Helena Carvalho da Fonseca	08
Maria Ignez Paes Barreto	08
Maria do Carmo Ferreira FuRtado	09
Edna das Mercês Mendes	09
Carlos Victor Mascarenhas Rocha	10
Helio Fabio Pereira	10
Edward Castro Dias	11
Maria da Conceição Souza Linhares	11
Teresa Cristina de Oliveira Rosa	12
Mirna Cunha Silva	12
Valquíria Valadão	12
Clarice de Almeida Mesquita	12
Mariza Barbosa de Abreu Leonardo	13
Maria Lucia Carazza Ferreira	13
Nilton Machado	15
Ivone Amancio da Silva	15
Monica Assunção Polignano	15

Maria das Gracas Rocha da Silva	16
Evandro Cesar de Almeida Carneiro	16
Milton Walter dos Santos	16
Danilo Drummond Avelino	17
Vicentina Gonçalves Vieira Silvério	17
José da Cruz Machado	17
Clarisse de Paiva Garcia	17
Oscar Pedrosa	18
Clelia Perazzoni Gabriel	18
José Carlos R. da Silva Lara	19
Ana Maria Moraes da Silva	19
Helenice Silva Rocha	19
José Fabiano	20
Geraldo José Januário	20
Cláudio Maia	20
Maria Stella Gazzinelli de Oliveira	20
Valéria Ragonezi Resende Avelino	21
Luci Porto Teixeira Leite	21
Maria da Glória Ferreira Pimenta	21
Paulo Alvarenga de Faria	21
Ceres Alves Nogueira	22

Lêda Teixeira	22
Angela Maria Moreira Canut	23
Eunício França	24
Nanci Bicalho de Padua Freitas	24
José Márcio Pereira	24
David Ferreira	24
Juliana de Araujo Mart Alves	25
Maria das Gracas Maciel Vidigal	25
Cristina Mendes Raid	27
Ivoni Veneranda Gobbi Lima	27
Rosimeire da Silva	28
Ilva Maria Franca Lauria	28
Agostinha Duarte Lobo	28
Carlos Augusto de Lima Brandao	28
Norvindo Teixeira Trindade	28
Maria Coelho Duarte	28
Maria Leticia Rocha Pimenta	29
Mário Lúcio Guerra	30
Carlos Luiz Silva	30
Licurgo Leao Silveira	31
Valdelice Cunha de Almeida	31

O tradicional Arraiá dos Fiscar

O Arraiá dos Fiscar já virou tradição na ANFIP-MG. O evento, realizado no dia 2 de julho, na Associação Recreativa Palmeiras, em Belo Horizonte, completou 12 anos em 2011 e contou com a mesma animação de sempre.

As cerca de 400 pessoas presentes apreciaram comidas e bebidas típicas e um forró de primeira, executado pela banda Jequitilavras.

Arraiá dos Fiscar ao longo dos anos

A estreia, em 1999, na sede

da Associação, contou com 200 pessoas. Ao longo do tempo, entretanto, o evento tomou maiores proporções (já no segundo ano foram 400 convidados), foi realizado em outros locais – como a Villa Savaju's e a Chácara Ouro Preto, que contam com mais espaço e caracterizam melhor a festa –, além de apresentar várias atrações.

Diversidade à parte, os associados, de fato, tomaram gosto pelo evento, um dos mais esperados do ano. Confira os depoimentos de quem participou.



“É a festa que mais gosto. É sempre muito bem organizada. A gente encontra muitos colegas que não vão a outras festas. Esse ano foi especial, porque aconteceu um dia depois da minha aposentadoria. Aproveitei para comemorar com os colegas.”

Maria Áurea de Castro Coelho



“Gostei muito da festa. A organização é o ponto forte e o evento contribui para agregar a classe ao promover o encontro de ativos e aposentados.”

Eduardo Tadeu Farah



“Fui em todas as festas. Elas já aconteceram em vários locais. Hoje está melhor, porque acontece numa região central. Acho muito importante essa confraternização entre os colegas. Ainda não me aposentei, mas pretendo continuar participando depois.”

Joaquim Jarbas de Oliveira Viana



Festa de aniversariantes

A próxima festa dos aniversariantes do trimestre será realizada no dia 23 de setembro, a partir de 18h30, na sede da Associação, em Belo Horizonte. Anote na agenda e não perca!